

APRESENTAÇÃO*

Kátia Lima

No dia 22 de julho de 2020 comemoramos 100 anos de Florestan Fernandes. O menino que nasceu em São Paulo, filho de empregada doméstica, foi engraxate, balconista de bar e representante de laboratório. Viveu a vida dura da pobreza e assistia a vida abastada da burguesia paulistana. A patroa de sua mãe o chamava de “Vicente”. Florestan era um nome muito pomposo para o filho de uma empregada doméstica.

De “Vicente” à Florestan foi uma árdua caminhada. Assim como muitas crianças, filhos e filhas de trabalhadores(as), Florestan Fernandes precisou abandonar a escola para trabalhar. Assim como muitos(as) jovens trabalhadores(as), precisou fazer um curso supletivo, o antigo “Madureza”, para concluir seus estudos.

O ingresso na universidade pública era um sonho que se fez realidade. O curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo/USP receberia o filho da empregada doméstica, um dos “de baixo”, como ele identificava a classe trabalhadora, examinando a profunda desigualdade econômica, social e racial da sociedade de classes no capitalismo dependente.

Manter-se na USP não seria tarefa fácil, mas o que é fácil para a classe trabalhadora em um país subdesenvolvido marcado pela condição colonial permanente, onde a mentalidade burguesa nasce da mentalidade escravocrata do senhor rural? Nada é fácil para a classe trabalhadora no capitalismo dependente. Ela precisa arrancar a duras penas as condições de sobrevivência em um país que conduz a concentração de renda, de prestígio social e de poder associada à heteronomia racial. Em um país que não viveu a revolução burguesa clássica, a burguesia se forja nas relações de sobre apropriação e sobre expropriação constantemente recicladas para atender aos seus próprios interesses econômicos e políticos e aos interesses do imperialismo. À burguesia, tudo. Aos trabalhadores, somente o ódio de classe e as migalhas que caem da mesa dos poderosos em sua dupla face: local e internacional.

No coração e na mente de um dos mais importantes pensadores do Brasil, seguia o menino “Vicente” atento à configuração histórica e espacial da

*DOI-10.29388/978-65-86678-36-9-0-f.15-22

luta de classes para fundamentar os seus estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo e as particularidades desse desenvolvimento nos países latino-americanos. Ele seguia atento nos estudos e nas ações políticas. Da militância no Partido Socialista Revolucionário na década de 1940 à atuação como deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores nos anos de 1990, ele repetia: “Contra as ideias da força, a força das ideias”. Era preciso realizar o bom combate e seus escritos seriam as “peças de combate”¹, as armas de uma luta, na universidade pública e fora dela, em defesa da revolução dentro da ordem, por direitos sociais e, especialmente, da revolução contra a ordem burguesa.

Seus escritos e sua coerência nas ações políticas alimentam gerações. Na universidade pública, Florestan Fernandes vive nos estudos e pesquisas que realizamos. No movimento sindical conduzido pelo ANDES/Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, ele vive nas lutas em defesa da educação pública e gratuita e da alocação de verba pública exclusivamente para a educação pública. No movimento social sob a liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra/MST, Florestan Fernandes vive na Escola que leva o seu nome e nos estudos sobre os desafios para superação da concentração da terra em um país que recicla, todos os dias, o latifúndio e o racismo do Brasil colônia.

Florestan Fernandes vive nas lutas dos “de baixo” pela construção do socialismo. Seus escritos como “peças de combate” pulsam e nos convidam à teoria revolucionária e à ação revolucionária. Ele vive em cada nova geração que o conhece e compartilha com ele a certeza de que a construção de uma outra sociedade é tarefa urgente e necessária. Socialismo ou barbárie. É preciso fazer a escolha. Não existe neutralidade. O intelectual deve optar entre o compromisso com os exploradores ou com os explorados.

A obra de Florestan Fernandes ilumina os estudos e pesquisas sobre a formação social brasileira que realizamos na Universidade Federal Fluminense, particularmente, no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social/GEPESS vinculado ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Escola de Serviço Social/UFF. Somos professoras com os nossos projetos de pesquisa sobre a realidade brasileira, somos gra-

¹ Florestan Fernandes apresenta um balanço da situação do ensino superior no Brasil no capítulo dois do livro “Universidade Brasileira: reforma ou revolução?” a partir do diálogo que estabeleceu com estudantes e professores nas lutas do movimento de reforma universitária. Tais reflexões são apresentadas pelo autor como “escritos como peças de combate” expressão que evidencia a relação que o saudoso intelectual militante estabeleceu entre teoria revolucionária e ação revolucionária ao longo da sua obra.

duandos, mestrandos e doutorandos das áreas da Educação, do Direito e do Serviço Social dialogando com a obra intelectual militante de Florestan Fernandes.

Cada pesquisador tem o seu projeto de pesquisa. O que nos une é o diálogo com a tradição marxista e, especialmente, com a obra florestaniana e o interesse em estudar a realidade brasileira pela perspectiva dos “de baixo”. Unidos por esse profícuo diálogo, o GEPESS/UFF organizou essa publicação conduzida por três eixos teóricos: capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira.

O livro, também escrito como “peça de combate”, na medida em que se alimenta nas lutas dos movimentos docente e estudantil, está estruturado em quatro partes: (i) Capitalismo dependente, racismo estrutural e universidade pública; (ii) Colonialismo educacional e privatismo: as movimentações lucrativas do FIES e dos Fundos Patrimoniais; (iii) Institutos federais e as novas-velhas faces da dualidade educacional no capitalismo dependente e (iv) Racismo estrutural, educação e lutas sociais no Brasil.

Cada parte apresenta um conjunto de capítulos elaborados pelos/as pesquisadores/as a partir de seus estudos e pesquisas. No primeiro capítulo, a trajetória de lutas do menino “Vicente” é analisada de forma detalhada, evidenciando que o exame das desigualdades econômicas, sociais e raciais na sociedade de classes tem sua origem nas ruas de São Paulo, onde o menino engraxava sapatos. O eixo condutor da riquíssima obra de Florestan Fernandes será a luta de classes, não por acaso.

No segundo capítulo, as autoras recuperam os estudos de Florestan Fernandes sobre o capitalismo dependente, a autocracia burguesa e a contrarrevolução permanente e prolongada para examinarem os traços de fascismo aberto, difuso e dissimulado que se manifestam no Brasil como um elemento constitutivo do capitalismo em nosso país e como, em tempos de crise do capital e de ofensiva ultraconservadora, esses traços serão expressos em uma forma particular de fascismo, de uma fascistização silenciosa e dissimulada, mas profundamente autoritária e repressora, portanto, essencialmente contrarrevolucionária.

O capítulo terceiro aborda um tema polêmico e atual: o racismo como elemento estruturante do capitalismo dependente. A análise crítica do mito da democracia racial está inscrita na apreensão da dinâmica mais ampla do desenvolvimento do capitalismo, isto é, no processo de desagregação do regime escravocrata e senhorial no Brasil, um processo conduzido sem a garantia de di-

reitos aos negros libertos e que fez com que a quase totalidade dos ex-escravos fosse reabsorvida nas áreas rurais em condições análogas às anteriores. O diálogo com o pensamento florestaniano fundamentará a análise da funcionalidade da heteronomia racial e do mito da democracia racial em uma sociedade de classes marcada pelo capitalismo dependente evidenciando como, até os dias atuais, é mantida (i) uma superpopulação excedente excluída ou incluída de forma subalternizada no mercado de trabalho; (ii) a aparência de uma igualdade jurídica/formal “para todos”, negros e brancos, omitindo que a heteronomia racial é um traço constitutivo/estruturante do capitalismo dependente e (iii) a ação do Estado para o enfrentamento da histórica conjugação entre heteronomia econômica, política e social e heteronomia racial: a criminalização pelo encarceramento e o extermínio do trabalhador negro.

O capítulo quatro é um capítulo especial. Foi elaborado pela convidada do GEPESS/UFF, prof. Janaína Lopes do Nascimento Duarte, vinculada ao grupo POLITIZA, do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da UnB, parceiro do GEPESS/UFF nos estudos e pesquisas sobre a realidade brasileira. Seu texto dialoga com o pensamento educacional de Florestan Fernandes a partir de dois eixos: 1) o padrão dependente de educação articulado ao padrão dependente de desenvolvimento e sua relação com o debate sobre a heteronomia cultural; e 2) a condução da educação em um país capitalista dependente focado nas disputas de classe e no caráter antidemocrático da hegemonia burguesa. Tais eixos evidenciam a potência analítica do pensamento florestaniano para decifrar os desafios educacionais do presente, contribuindo com a rearticulação das lutas em defesa da educação pública.

O capítulo quinto prossegue na análise da educação brasileira, em diálogo com o saudoso sociólogo, examinando como a educação superior nasce e se desenvolve, no Brasil, como um privilégio de classe destinado aos filhos da burguesia. Articulando os padrões dependentes de desenvolvimento e de educação, o texto analisa a conformação do padrão de escola superior e as disputas entre concepções antagônicas de educação e de universidade que atravessam a história brasileira. É neste quadro analítico que está inscrita a crise da universidade pública, em seus nexos estruturantes e suas manifestações conjunturais, como expressão da crise mais ampla do capital em busca de campos de exploração lucrativa, de formação de força de trabalho e de difusão do seu projeto de sociabilidade.

No sexto capítulo é apresentado um conjunto de reflexões sobre o papel da universidade pública no capitalismo dependente e os desafios educacionais

brasileiros no século XXI. Partindo da concepção de que a lógica privatista da educação superior no capitalismo dependente é parte da modernização conservadora do Brasil e de sua adequação aos novos padrões e estágios do capitalismo monopolista, o texto evidencia que tal lógica ganhará novos contornos na década de 1990 e no início do novo século, particularmente nos governos petistas, indicando a necessidade de reorganização e fortalecimento das lutas em defesa da universidade pública.

Dando continuidade às reflexões sobre a universidade brasileira, o sétimo capítulo recupera o conceito de contrarrevolução “a quente”, utilizado por Florestan Fernandes para analisar o regime burguês militar no Brasil, com o objetivo de fundamentar a análise da nova fase do processo contrarrevolucionário conduzido pós 2016 e os ataques recentes que a burguesia brasileira realiza à universidade pública pelo esvaziamento da autonomia universitária e pelo aprofundamento da mercantilização da educação superior.

O último capítulo da primeira parte do livro analisa como a ideologia burguesa no capitalismo dependente pautada na articulação entre concentração de renda, prestígio e poder se movimenta, na atualidade, para operar a conformação da universidade pública à lógica burguesa. Tal processo incide no trabalho dos servidores técnico-administrativos, dos docentes e dos estudantes pela difusão de uma mentalidade extremamente conservadora que reproduz, no interior da universidade, relações de prestígio e poder que precisam ser enfrentadas e superadas para construção de uma universidade autônoma, crítica e combativa.

A segunda parte do livro tem como eixo condutor a reflexão sobre o colonialismo educacional e o privatismo como elementos estruturantes do padrão de educação inerente ao capitalismo dependente. No capítulo nono, o ensino superior privado-mercantil e a apropriação do fundo público pelo FIES são examinados detalhadamente, evidenciando as novas faces do processo que Florestan Fernandes identificava como privatismo exaltado, marca do desenvolvimento da educação superior no Brasil.

O décimo capítulo aborda outra face deste privatismo e do colonialismo educacional: os fundos patrimoniais, apresentados pelo governo federal como estratégia de diversificação das fontes de financiamento da universidade pública, pauta histórica dos organismos internacionais do capital, como o Banco Mundial, para a educação superior nos países capitalistas dependentes.

A terceira parte do livro também examina o padrão dependente de educação, apresentando um conjunto de reflexões sobre as novas faces da dualida-

de educacional em nosso país. Os dois capítulos desta terceira parte tratam da formação em curso nos Institutos Federais: o décimo primeiro capítulo abordando como a política de educação estabelece interface com o espaço urbano, a partir do exame da política de expansão e interiorização da Rede de Ensino Profissional, que culmina nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tratando, particularmente, do IFRJ São Gonçalo.

O décimo segundo capítulo problematiza que tipo de educação está reservada aos trabalhadores, particularmente nos institutos federais. A partir de um conjunto de estudos empreendidos sobre os cursos de formação inicial e continuada direcionados aos “de baixo” no IFRJ, o texto identifica que as frações de classe que fazem uso dos referidos cursos esperam da modalidade de educação profissional ofertada a instrumentalização para o trabalho por conta própria como perspectiva de melhores condições de vida, reproduzindo o discurso hegemônico da superação do pauperismo pela via da educação.

A quarta parte do livro está estruturada em três capítulos fundamentados no eixo racismo, educação e as lutas sociais no Brasil, abordando especificamente: (i) o protagonismo da juventude preta, pobre e periférica no movimento de ocupação das escolas públicas do Rio de Janeiro, nos anos de 2015 e 2016, em defesa do acesso e permanência na escola pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada na lutas das e dos trabalhadores, articuladas as pautas anticapitalista, antirracista, antissexista e anti-lgbtfóbica;

(ii) a implementação da política de cotas sociais nas universidades públicas, especialmente as universidades federais, compreendendo-a no contexto de uma política de ação afirmativa. O texto questiona em que medida a política de cotas adotada nas referidas universidades, privilegiando a reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas e, deixando em segundo plano o recorte racial, não obstante as reivindicações históricas do movimento negro, não evidencia a manifestação do racismo institucional, confirmando o racismo como estrutural da formação social brasileira, que, na atualidade, opera as mais diversas formas de exclusão da juventude pobre, preta e periférica;

(iii) a criminalização da cannabis medicinal enquanto manifestação, por um lado, do racismo estrutural e, por outro, dos interesses econômicos das indústrias farmacêuticas estadunidenses em manter o controle na venda do medicamento para garantir a lucratividade no referido setor. O texto analisa como a criminalização da maconha se enquadra justamente na concepção que a elite branca, patriarcal e cristã tem de que os valores culturais oriundos de negros e indígenas não podem ser aceitos. A proibição racista da maconha trazida para a

contemporaneidade limita e exclui possibilidades de pesquisas sobre o uso medicinal da cannabis, no Brasil e, concomitantemente, favorece a lucratividade das indústrias farmacêuticas internacionais, movimentando um mercado bilionário nos Estados Unidos e Canadá, inclusive com fundos de investimentos e aplicação na bolsa de valores, pois a maconha é considerada uma nova *commodity*.

O processo de produção coletiva deste livro foi muito bonito. Das reuniões realizadas às sextas-feiras na Escola de Serviço Social/UFF, cercados de livros, lanches e solidariedade aos diálogos realizados nas reuniões virtuais impostas pelo contexto da pandemia do covid-19... o diálogo com Florestan Fernandes esteve sempre presente.

Por fim, consideramos que nestes cem anos de Florestan Fernandes, somos convidados a recuperar o seu legado e sua luta intransigente contra a ordem burguesa, contra a concentração de renda, de prestígio e de poder que leva milhões de condenados do sistema às condições miseráveis de vida, alimentando o imperialismo e a burguesia brasileira racista, misógina e homofóbica, caracterizada por traços fascistóides dissimulados ou ostensivos. A recuperação do legado de Florestan Fernandes nos estimula a reafirmar, portanto, a atualidade do sonho de construção da revolução socialista, pois, como o saudoso intelectual militante Florestan Fernandes (1981, p. 111) afirma no livro “O que é revolução”:

Quanto ao ‘sonho’, o que se deve dizer é que sem sonhos políticos realistas não existem nem pensamento revolucionário nem ação revolucionária. Os que ‘não sonham’ estão engajados na defesa passiva da ordem capitalista ou na contrarrevolução prolongada.

Florestan Fernandes, presente!